



CLAUDIO J. D. SALES  
contato@acendebrasil.com.br

## O homem e o convívio com a usina

É urgente um debate sobre como tem evoluído o respeito às populações no entorno dos empreendimentos de geração

A construção de uma usina para geração de energia elétrica, seja ela hidroelétrica ou termoeleétrica, interfere, sim, na vida das pessoas que vivem nas regiões de influência dos rios e de outros ecossistemas. A realidade precisa ser encarada: apesar da necessidade de gerar energia para abastecer o País, a chegada destes empreendimentos provoca o deslocamento compulsório de famílias. E isto não tem preço. O desafio de formuladores de políticas públicas e de empreendedores é acabar com a frase "uma minoria precisa se sacrificar para beneficiar a maioria".

Muito fácil dizer isso quando se está do lado da maioria. É urgente um debate objetivo e despolitizado sobre como tem evoluído o respeito às populações no entorno dos empreendimentos de geração de eletricidade. Afinal, quais são os mecanismos legais e os programas que têm sido implantados para amenizar o inevitável "sentimento de perda" das comunidades, que precisam rever seus costumes e valores em prazos muito curtos? A história da eletricidade no Brasil tem 125 anos. Começa em 1883, com a pequena usina hidroelétrica de Ribeirão do Inferno, com 0,5 MW de potência, no município mineiro de Diamantina. Na ocasião, foram indenizados apenas os proprietários de terras inundadas pela barragem. Foi assim por 100 anos.

Em 1983, com uma enchente extraordinária do rio Paraná, a Centrais Elétricas de São Paulo (CESP) reassentou as primeiras famílias não proprietárias de terra: posseiros, meeiros e arrendatários. A agenda do setor passa, então, a incorporar um olhar mais amplo sobre modos de vida, de produção e de geração de renda. Nosso país requer, todos os anos, cerca de 3.000 MW médios adicionais para atender ao crescimento de sua economia.

A construção de novas usinas traz consigo coisas boas. As mais visíveis são novos postos de trabalho e o aumento de arrecadação de impostos para municípios, estados e União, que podem usar esses recursos para saúde, educação e segurança. É fácil visualizar os benefícios para a maioria. Mas e a minoria? O que acontece com as comunidades locais, em termos concretos, no curto e no longo prazo? A vida destas pessoas melhora ou piora? Estima-se que foram remanejadas 200 mil famílias devido à construção de usinas. E desde 1983, quando foram remanejadas as primeiras famílias, a preocupação com os impactos sociais dos empreendimentos cresceu.

Essa evolução foi provocada ora pelo poder público, ora pelos empreendedores, estatais ou privados. A voz da população tem sido formalmente ouvida. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) estabeleceu, na década de 80, a necessidade de submeter os estudos de impacto ambiental a audiências públicas.

Mas só um novo pedaço de chão não resolve o problema das famílias. Além de terra e orientação técnica, era preciso acesso a crédito rural para o desenvolvimento adequado da atividade agrícola. Com baixas taxas de juros e seguro contra perda da safra, a partir de 1998 as famílias que moram em reassentamentos passam a ter acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que permitiu o aumento da produção e da renda familiar.

A evolução continua. Em 2006, uma iniciativa pioneira no sul do País coloca à disposição da região da usina um Fundo de Desenvolvimento Rural. Com o apoio de técnicos do Sebrae, recursos dos empreendedores financiam projetos para agregar valor aos produtos agrícolas, aumentando a renda das famílias da região dos empreendimentos. É um belo projeto que prevê que as amortizações dos financiamentos

«O MAIS  
IMPORTANTE  
NO PROCESSO  
DE REALOCAÇÃO  
DAS FAMÍLIAS  
É O RESPEITO  
AOS  
VALORES  
INDIVIDUAIS E  
COLETIVOS»

retornem ao próprio fundo para financiar novos projetos, criando um ciclo auto-sustentado que viabiliza a permanência desses produtores no campo, em atividades que fazem parte da realidade local. Embora haja relevantes avanços, é fundamental aprimorar e fortalecer os mecanismos le-

gais e de comunicação com as comunidades. Ouvir as pessoas e seus anseios, tratando-as como indivíduos, não como estatísticas, diminui a ansiedade e os temores que as mudanças trazem. O mais importante no processo de realocação das famílias é o respeito aos valores individuais e coletivos para que seja possível a construção de um diálogo aberto e direto, sem intermediários, entre comunidades e empreendedores. Esse é o caminho para demolir as fronteiras entre "maiorias" e "minorias" e para que todos passem a ver estes empreendimentos como oportunidades de transformação e de inclusão social.

<b>Título</b>	<b>O Homem e o Convívio com a Usina</b>
<b>Veículo</b>	<b>DCI</b>
<b>Data</b>	<b>19 Ago 2008</b>
<b>Autor</b>	<b>Claudio J. D. Sales</b>

### **O Homem e o Convívio com a Usina**

A construção de uma usina para geração de energia elétrica, seja ela hidrelétrica ou termelétrica, interfere, sim, na vida das pessoas que vivem nas regiões de influência dos rios e de outros ecossistemas. A realidade precisa ser encarada: apesar da necessidade de gerar energia para abastecer o país, a chegada destes empreendimentos provoca o deslocamento compulsório de famílias. E isto não tem preço.

O desafio de formuladores de políticas públicas e de empreendedores é acabar com a frase “uma minoria precisa se sacrificar para beneficiar a maioria”. Muito fácil dizer isso quando se está do lado da maioria.

É urgente um debate objetivo e despolitizado sobre como tem evoluído o respeito às populações no entorno dos empreendimentos de geração de eletricidade. Afinal, quais são os mecanismos legais e os programas que têm sido implantados para amenizar o inevitável “sentimento de perda” das comunidades, que precisam rever seus costumes e valores em prazos muito curtos?

A história da eletricidade no Brasil tem 125 anos. Começa em 1883 com a pequena usina hidrelétrica de Ribeirão do Inferno, com 0,5 MW de potência, no município mineiro de Diamantina. Na ocasião, foram indenizados apenas os proprietários de terras inundadas pela barragem. Foi assim por 100 anos.

Em 1983, com uma enchente extraordinária do rio Paraná, a CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) reassentou as primeiras famílias não proprietárias de terra: posseiros, meeiros e arrendatários. A agenda do setor passa, então, a incorporar um olhar mais amplo sobre modos de vida, de produção e de geração de renda.

Nosso país requer, todos os anos, cerca de 3.000 MW médios adicionais para atender ao crescimento de sua economia. A construção de novas usinas traz consigo coisas boas. As mais visíveis são novos postos de trabalho e o aumento de arrecadação de impostos para municípios, estados e a União, que podem usar esses recursos para saúde, educação e segurança.

É fácil visualizar os benefícios para a maioria. Mas e a minoria? O que acontece com as comunidades locais, em termos concretos, no curto e longo prazo? A vida destas pessoas melhora ou piora?

Estima-se que foram remanejadas 200 mil famílias devido à construção de usinas. E desde 1983, quando foram remanejadas as primeiras famílias, a preocupação com os impactos sociais dos empreendimentos cresceu. Essa evolução foi provocada ora pelo poder público, ora pelos empreendedores, estatais ou privados.

A voz da população tem sido formalmente ouvida. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) estabeleceu, na década de 80, a necessidade de submeter os estudos de impacto ambiental a audiências públicas. Também com o objetivo de dar transparência ao processo foi criado o Foro de Negociação onde, sob coordenação do Ibama, lideranças locais, Ministério

Público, Governo Federal e empreendedores buscam soluções de consenso para o remanejamento da população.

Mas só um novo pedaço de chão não resolve o problema das famílias. Além de terra e orientação técnica, era preciso acesso a crédito rural para o desenvolvimento adequado da atividade agrícola. Com baixas taxas de juros e seguro contra perda da safra, a partir de 1998 as famílias que moram em reassentamentos passam a ter acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que permitiu o aumento da produção e da renda familiar.

A evolução continua. Em 2006, uma iniciativa pioneira no Sul do país coloca à disposição da região da usina um Fundo de Desenvolvimento Rural. Com o apoio de técnicos do Sebrae, recursos dos empreendedores financiam projetos para agregar valor aos produtos agrícolas, aumentando a renda das famílias da região dos empreendimentos. É um belo projeto que prevê que as amortizações dos financiamentos retornem ao próprio fundo para financiar novos projetos, criando um ciclo auto-sustentado que viabiliza a permanência desses produtores no campo, em atividades que fazem parte da realidade local.

Embora haja relevantes avanços, é fundamental aprimorar e fortalecer os mecanismos legais e de comunicação com as comunidades. Ouvir as pessoas e seus anseios, tratando-as como indivíduos e não como estatísticas, diminui a ansiedade e os temores que as mudanças trazem.

O mais importante no processo de realocação das famílias é o respeito aos valores individuais e coletivos para que seja possível a construção de um diálogo aberto e direto, sem intermediários, entre comunidades e empreendedores. Esse é o caminho para demolir as fronteiras entre “maiorias” e “minorias” e para que todos passem a enxergar estes empreendimentos como oportunidades de transformação e inclusão social.

Claudio J. D. Sales é presidente do Instituto Acende Brasil ([www.acendebrasil.com.br](http://www.acendebrasil.com.br))